As Contribuições da CPA para a Gestão Institucional

Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul (Católica em Jaraguá)

Eixo III – Impactos da CPA

Susana Hintz (Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul)

Agostinho Fernando Zimmermann (Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul)

Anadir Elenir Pradi Vendruscolo (Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul)

Flávio Knihs (Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul)

Resumo

A autoavaliação institucional constitui uma das modalidades de avaliação instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que possibilita a comunidade acadêmica (gestores, professores, acadêmicos e funcionários técnico-administrativos) e externa lançarem um olhar crítico e reflexivo para a Instituição de Ensino Superior (IES), identificando suas potencialidades e fragilidades. Esse movimento promove o autoconhecimento para a IES. Conforme as diretrizes do SINAES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela condução do processo autoavaliativo das IES, o que acontece no Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul. Os dados coletados nas pesquisas que compõe o Relatório da Autoavaliação Instituição são analisados e debatidos por essa comissão, que propõe ações tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino. A CPA faz estudos, análises e reflexões sobre as informações e os documentos obtidos por meio da pesquisa realizada junto à comunidade acadêmica. Essa comissão conta com a participação e o envolvimento dos gestores, docentes, técnico-administrativos e acadêmicos que constituem a instituição pesquisada. Nessa perspectiva de trabalho, toda a comunidade acadêmica, de uma forma ou de outra, contribuiu para a construção do relatório, que registra o processo histórico da instituição vivido no período pesquisado. Com o contexto apresentado, alguns questionamentos são levantados pelos representantes da CPA, entre eles: Quais as contribuições dos Relatórios da Autoavaliação Institucional para a gestão da IES e a melhoria da qualidade do ensino? Com o objetivo de compreender as contribuições da autoavaliação institucional para a gestão do Centro Universitário e os seus impactos no replanejamento da IES, a CPA sentiu-se mobilizada a desenvolver o presente estudo, que se caracteriza como uma pesquisa de cunho qualitativo. Para tanto, analisou-se os relatórios da autoavaliação institucional e suas implicações na gestão institucional. A fundamentação teórica desse estudo pautou-se em autores que investigam temáticas voltadas para a avaliação institucional e o planejamento no âmbito das instituições de educação superior, sendo eles: Cabrito (2009), Dias Sobrinho (2008a, 2008b), Eyng (2004, 2007) e Sermann (2007). Dentre as considerações indicadas pelo estudo, destaca-se a autoavaliação como um processo que promove o autoconhecimento dos sujeitos envolvidos no processo avaliativo, produzindo um movimento de reflexão sobre as ações e as práticas desenvolvidas nas IES. Nessa perspectiva, acredita-se no potencial da autoavaliação para o replanejamento institucional e da CPA como espaço de construção de conhecimento.

Palavras-chave: Autoavaliação Institucional. Comissão Própria de Avaliação. Gestão Institucional.

Introdução

Com os processos de globalização e de internacionalização da educação superior, o holofote das reformas educacionais, principalmente a partir da década de 1990, voltou-se para a Educação Superior. A necessidade de qualificação de profissionais para atuarem em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e tecnológico mobilizou diversos setores da sociedade a proporem políticas educacionais que contribuíssem para a inserção dos jovens nesse contexto social, econômico e político.

As políticas educacionais voltadas para a educação superior contribuíram para uma mudança no panorama das Instituições de Ensino Superior (IES). Nos últimos anos houve uma diversificação no tipo de organização das IES (universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais), expansão no número de instituições e cursos de graduação e, consequentemente, a ampliação do acesso a essas instituições.

Neste novo cenário, o papel da educação superior vem sendo reconfigurado, o que impõe novos desafios para a comunidade acadêmica (gestores, professores, técnico-administrativos, acadêmicos), entre eles, a ressignificação da identidade institucional. Nas palavras de Dias Sobrinho (2008b, p. 68)

> [...] a educação superior também recebe demandas de tipo novo que a obrigam a transformar-se para poder cumprir os papéis que lhe conferem grande centralidade nas realidades nacionais e na sociedade global. A capacitação profissional, embora não seja a única e exclusiva função da educação superior, é uma das importantes e legítimas demandas da sociedade, cujo cumprimento, com qualidade, as instituições, os educadores e pesquisadores não podem recusar.

Frente a este cenário, podemos nos questionar: Qual qualidade para a educação superior? Quais parâmetros servirão para subsidiar o que se entende por qualidade de ensino? Existem padrões globais de qualidade compatíveis com realidades locais? Como avaliar essa qualidade?

Na agenda das reformas educacionais, as políticas avaliativas também ganharam espaço na medida em que a qualidade do ensino superior passou a ser questionada e problematizada. Como bem destaca Cabrito (2009, p. 198)

> [...] o processo de avaliação da qualidade em educação serve para que cada escola (cada aluno, cada sistema) conheça o seu próprio desempenho, a fim de poder, em cada ano, lançar mão das medidas necessárias e possíveis para que aquele desempenho melhore, então a avaliação surge como o instrumento privilegiado para promover a qualidade em educação.

No cenário brasileiro, desde o ano de 2004, a avaliação e a regulação da educação superior são regidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, cuja finalidade volta-se para

> [...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão

> pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

Atentando para conhecer, orientar e acompanhar as instituições de educação superior, o SINAES abarca a avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. A autoavaliação institucional constitui uma das modalidades de avaliação instituída por esse sistema.

Com a autoavaliação institucional toda a comunidade acadêmica (gestores, professores, acadêmicos e funcionários técnico-administrativos) tem a oportunidade de participar desse processo avaliativo. Ao lançar um olhar crítico e reflexivo para a IES tem a possibilidade de identificar as potencialidades e fragilidades, replanejando ações que visem à melhoria da qualidade do ensino. Esse movimento promove o autoconhecimento para a IES.

De acordo com as diretrizes do SINAES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela condução da autoavaliação das IES. A partir da análise do auto-retrato possibilitado pela avaliação interna, essa comissão propõe ações tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, esse processo é vivenciado pelo Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul.

Na Católica de Santa Catarina, a CPA faz estudos, análises e reflexões sobre as informações e os documentos obtidos por meio de pesquisa realizada junto à comunidade acadêmica. Essa comissão conta com a participação e o envolvimento dos gestores, docentes, técnico-administrativos e acadêmicos que constituem a instituição pesquisada. Com o contexto apresentado, alguns questionamentos foram levantados pelos representantes da CPA, entre eles: Quais as contribuições do Relatório da Autoavaliação Institucional para a gestão da IES e a melhoria da qualidade do ensino? Este questionamento suscitou os objetivos traçados para a pesquisa desenvolvida, apresentados seguidamente.

Objetivos

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo geral "compreender as contribuições do processo de autoavaliação institucional para a gestão do Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul e os seus impactos no replanejamento da IES."

Para atender a intencionalidade acima anunciada, o estudo esteve voltado para os seguintes objetivos específicos: a) analisar os procedimentos metodológicos utilizados pela CPA para a condução do processo de autoavaliação institucional (elaboração do diagnóstico da realidade da instituição por meio de questionários e análise documental); b) Identificar os avanços do processo de autoavaliação institucional no período analisado; c) Verificar as relações estabelecidas entre os resultados da avaliação interna e o planejamento institucional.

Metodologia

A avaliação educativa desenvolve-se em um contexto histórico, social, cultural, econômico e político e, por ser um constructo humano, é carregada de subjetividade. Como pontua Dias Sobrinho (2008a, p. 193), a avaliação é "[...] produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos [...]" Nessa ótica, a avaliação é compreendida enquanto produtora de sentido e impregnada de valores.

Os estudos que desenvolvem pesquisas no âmbito da avaliação educativa, na perspectiva acima anunciada, são considerados de cunho qualitativo, nas palavras de

Chizzotti (1998, p. 79) "[...] A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito [...]" Na pesquisa qualitativa, a relação que o sujeito estabelece com a realidade social precisa ser considerada na medida em que o sujeito se constitui nesse contexto, carregando consigo e ressignificando os valores, as crenças e os sentidos advindos dessa relação.

Os diferentes materiais produzidos no cotidiano educacional são considerados subsídios importantes na pesquisa qualitativa, pois são compreendidos como elementos carregados de valores, crenças e significação, como constructo humano, expressam as ideias e o pensamento de uma determinada sociedade, que está situada em contexto histórico, cultural e econômico.

Para compreender as contribuições do processo de autoavaliação institucional para a gestão do Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul e os seus impactos no replanejamento da IES, a coleta de dados foi realizada por meio de análise documental. Entre os documentos analisados, destacam-se o Relatório de Autoavaliação Institucional do período de 2010-2011-2012 e o Relatório de Acompanhamento das Ações Propostas pela CPA, oriundas de vinte e três atas de reuniões da CPA do período analisado.

A Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul é uma instituição comunitária que tem quarenta anos de história. A IES possui quatorze cursos de graduação, sendo que a maioria deles acontece no período noturno. Os acadêmicos, em grande parte, são trabalhadores, residentes no município de Jaraguá do Sul ou em cidades que fazem divisa com esse município. Em relação à titulação dos professores, aproximadamente 70% do corpo docente possui stricto sensu, havendo um número significativo de professores mestres. Além do mais, muitos professores possuem experiência profissional na área específica em que atuam como docentes, essas experiências trazidas para o contexto da disciplina contribuem para que os estudantes estabeleçam relações entre teoria e prática.

Com o esboço do caminho metodológico desenhado e o contexto institucional traçado, em seguida, será apresentado o aporte teórico que subsidiou esse estudo.

Referencial Teórico

A Avaliação é uma produção humana, carregada de valores e crenças, que se configura a partir da concepção que os sujeitos que a conduzem têm de sociedade, homem, educação, conhecimento, formação, enfim, tendo em vista o pensamento ideológico no qual os sujeitos que a produzem estão filiados. Nessa perspectiva, a avaliação não é neutra e nem imparcial. Mas, como Sermann (2007, p.273) sinaliza, na perspectiva de atuar diretamente sobre a qualidade educativa,

> O principal foco da avaliação deve ser a qualidade educativa, isto é, melhorar os processos de formação e de produção do conhecimento, as estruturas, os procedimentos e as condições administrativas, resultando numa transformação qualitativa [...]

Ainda, considera-se que a qualidade está alicerçada em uma dinâmica essencialmente pedagógica e conta com a contribuição da comunidade acadêmica, buscando a valorização dos indivíduos. Sob esta ótica, a avaliação está a serviço da ação, como afirma Hoffmann (2001, p. 20):

> Enquanto a pesquisa tem por objetivo a coleta de informações e a análise e compreensão dos dados obtidos, a avaliação está predominantemente a serviço da ação, colocando o conhecimento obtido, pela observação ou investigação, a serviço da melhoria da situação avaliada.

Na perspectiva acima apontada, a avaliação se configura em um espaço propício para o questionamento, a reflexão e a ressignificação das ações, dos processos e, por que não, dos produtos. Com esse entendimento, quando transportada para o campo da educação, a avaliação é compreendida como uma prática social, carregada de significação, que advém de um determinado contexto histórico, cultural e econômico.

Destacando o potencial formativo da avaliação educativa, Dias Sobrinho (2008a, p. 197-198) sustenta a ideia de que a avaliação é

> [...] um processo aberto de comunicação entre sujeitos para compreender, valorar e transformar uma dada realidade. Aplicada à educação, esse processo de comunicação, que também é uma produção social de sentidos, fundamenta e reforça a capacidade de ação de indivíduos, de grupos sociais e do próprio Estado.

Enquanto processo formativo, a avaliação tem um potencial que consiste não apenas na explicação de uma dada realidade, mas na sua reflexão e ressignificação. Pode ser compreendida como um movimento que possibilita a comunidade acadêmica questionar a cotidianeidade da IES ou, ainda, problematizar as relações que se estabelecem no ambiente institucional e no seu entorno.

No âmbito da avaliação da educação superior, a autoavaliação institucional, pensada em uma perspectiva de avaliação formativa, tem a capacidade de mobilizar a comunidade acadêmica (gestores, professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos), provocando-a no sentido de lançar um olhar crítico e reflexivo sobre si mesma.

> [...] a avaliação é de um sobre o outro, mas, deve ser sobretudo uma interrogação de cada um sobre si mesmo em face do outro, na situação concreta de interrogação sobre os significados das práticas sociais. Neste sentido, a avaliação é também um processo de formação, de apropriação dos sentidos das experiências, das situações e dos projetos de vida. Ela está atenta às interrelações. Não separa o mundo objetivo e as visões subjetivas, não opõe os enfoques quantitativos e os qualitativos, nem separa os fatos dos valores. (DIAS SOBRINHO, 2008a, p. 205).

Na dinâmica acima proposta, a avaliação é utilizada como estratégia que viabiliza o autoconhecimento da instituição, ela possibilita a comunidade acadêmica conhecer os processos desenvolvidos nos diferentes espaços da IES, estabelecendo relações entre as práticas projetadas e vivenciadas. A autoavaliação possibilita a instituição a fazer o exercício de “olhar para si mesmo” e perceber-se a partir do olhar que cada segmento da comunidade acadêmica (estudantes, professores, funcionários e membros da sociedade mais diretamente envolvidos com a IES) tem sobre as diferentes dimensões que a constituem.

Esse movimento oportuniza os sujeitos envolvidos no cotidiano da IES a analisarem e a refletirem sobre a missão institucional, a compreenderem as relações que são estabelecidas entre a proposta esboçada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as ações desenvolvidas e vivenciadas na instituição, reavaliando-as.

> O processo reflexivo advindo do questionamento que a avaliação suscita é capaz de construir uma nova mentalidade. A nova mentalidade estará constituída na configuração da cultura de antecipação e estará se constituindo a partir da abertura a novas possibilidades, na adoção de atitudes inovadoras que permitam contínua 'ultrapassagem' de visões polarizadas, das dicotomias, integrando-as numa abordagem sistêmica e na formação continuada. (EYNG, 2004, p. 8).

Como a autora acima citada aponta, a avaliação tem a função de, não somente provocar o questionamento sobre a realidade e as escolhas feitas pela instituição, mas, sobretudo, criar a cultura da projeção e antecipação. O planejamento, a gestão e a avaliação trazem consigo essa intencionalidade.

> Um aspecto fundamental a ser considerado no processo de planejamento, gestão e avaliação institucional refere-se à necessária articulação e sintonia dos princípios e metas de tais ações no interior de cada instituição. É vital, portanto, estabelecer uma relação dialógica entre a *identidade* institucional *pretendida*, estabelecida no seu planejamento, e a *identidade* institucional *constituída* no processo de gestão das ações de ensino, pesquisa e extensão. Para que a identidade institucional se consolide, no entanto, é necessário o desenvolvimento de uma cultura de avaliação, capaz de orientar os processos decisórios pautados no conhecimento advindo da avaliação interna e externa. (EYNG, 2007, p. 161-162, grifo do autor).

A autoavaliação tem a potencialidade de criar uma atmosfera investigativa porque promove a indagação, abre espaços que possibilitam a comunidade acadêmica questionar o sentido da formação proposta pela instituição e a sua responsabilidade social. Por intermédio da autoavaliação, estudantes, professores e funcionários expõem suas percepções sobre a instituição, numa relação dialógica, confrontam ideias, discutem os diferentes posicionamentos, entram em acordos.

Quando a autoavaliação institucional é conduzida de forma participativa, os sujeitos constroem um sentimento de pertencimento, neste sentido, é possível construir uma relação de identificação entre a comunidade acadêmica e a instituição.

Na medida em que estudantes, funcionários e professores se identificam com a missão e as propostas pedagógicas da instituição se sentem pertencentes a esse espaço e a essa comunidade educativa. O sentimento de pertencimento conduz as pessoas a sentirem-se comprometidas com a instituição e a envolverem-se com os seus processos formativos.

Daí que a avaliação, além de uma dimensão técnica, possui uma dimensão ética e política e, como tal, produz sentidos. Se for preciso avaliar o número de livros que uma biblioteca possui, certamente, além de analisar a quantidade do acervo bibliográfico, seja significativo analisar a importância e o impacto desses livros na formação dos estudantes, questionando-se: "*Como a leitura de tais livros é orientada pelos professores e desenvolvida pelos estudantes? Que relações são estabelecidas entre esses livros e o projeto pedagógico do curso? Qual o sentido desses livros para a formação dos estudantes?*" Em concordância com Dias Sobrinho (2008b, p. 78)

> [...] A avaliação não termina quando estabelece índices e esquemas comparativos. Ela se completa quando cavouca fundo, buscando os sentidos da realidade objetivamente constatada, questiona, pergunta pelas causas e pelas possibilidades de superação, estabelece metas e estratégias, investe em programas e projetos futuros desejáveis. A avaliação examina o passado, o realizado, mas o que mais importa é o futuro e o que está por se cumprir.

Em acordo com a ótica acima esboçada, Eyng (2004, p. 3) também destaca a estreita relação existente entre a avaliação e a tomada de decisão.

> A questão da avaliação se relaciona diretamente à tomada de decisão no âmbito das organizações. A tomada de decisão requer diagnósticos pautados na análise de dados representativos do conjunto e atualizados que a subsidie adequadamente. O processo que permite recolher informações, elaborar juízos e tomar decisões de melhora se chama avaliação.

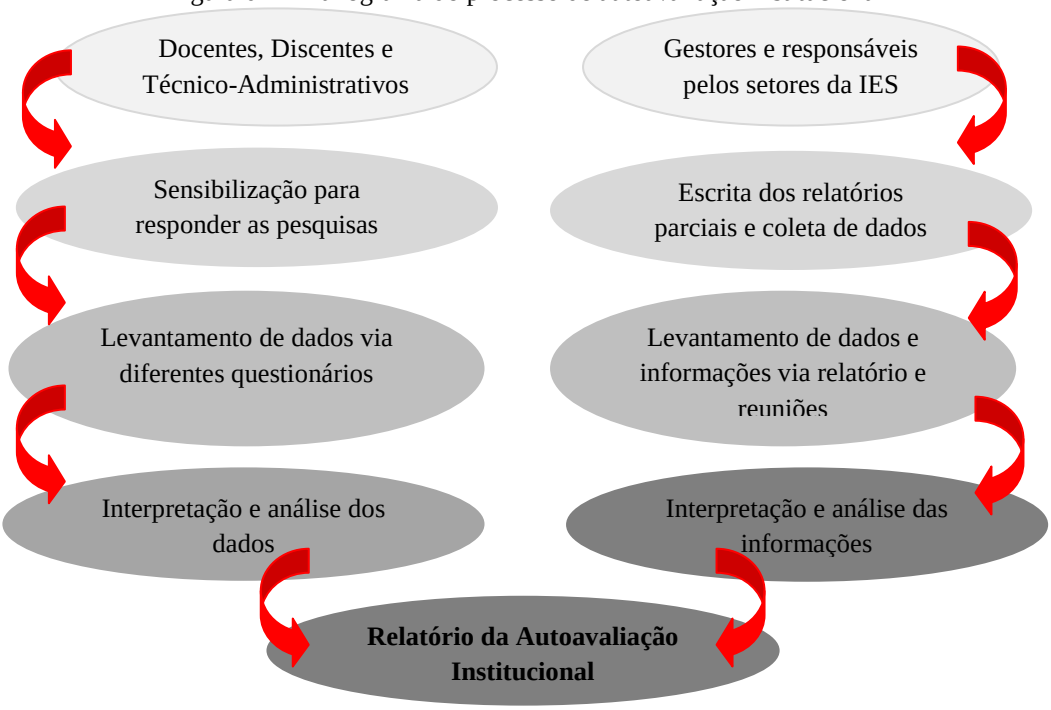
Conforme exposto, a avaliação não tem "um fim em si mesma", ela impulsiona o questionamento e a reflexão, produz o diagnóstico da realidade, traz informações para a tomada de decisão, promove a intervenção na realidade institucional e provoca a transformação social. Nesta perspectiva, a avaliação se configura como um mecanismo importante para o aperfeiçoamento dos processos educacionais, imprimindo um movimento e uma dinamicidade ao cotidiano da IES, que contribuem para o seu desenvolvimento.

Resultados e Discussões

Procurando destacar os procedimentos metodológicos utilizados pela CPA na condução do processo de autoavaliação institucional, expõe-se que o Relatório de Autoavaliação Institucional é elaborado a partir de informações advindas de documentos institucionais (políticas, programas e projetos), relatórios produzidos pelos setores, questionários respondidos pela comunidade acadêmica, resultados da avaliação institucional externa, avaliação de curso e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Para que o processo de autoavaliação acontecesse, a CPA, juntamente com o setor de Avaliação Institucional da Católica de Santa Catarina, encaminhou ações e orientou docentes, discentes, técnicos administrativos, gestores e responsáveis por setores, como pode ser observado no fluxograma apresentado na Figura 01.

Figura 01 – Fluxograma do processo de autoavaliação institucional



Fonte: Setor de Avaliação Institucional, 2012

A coleta dos dados da Avaliação Institucional foi realizada no período de 2010 a 2012 a partir do desenvolvimento de pesquisas diferenciadas que envolveram a comunidade acadêmica, as quais foram aplicadas considerando objetivos distintos. Os questionários foram preparados de modo a atender as seguintes pesquisas:

a) Autoavaliação;
b) Condições de oferta do curso e infraestrutura;
c) Projeto pedagógico;
d) Avaliação da turma na visão do professor;
e) Desempenho dos professores na visão do aluno;
f) Desempenho do coordenador de curso;
g) Desempenho da gestão (Reitoria) na visão dos funcionários e coordenadores (Gestão institucional);
h) Perfil do ingressante;
i) Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ECSO) e do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ);
j) Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Na composição do relatório foram consideradas as dez dimensões avaliativas, conforme orientação do SINAES (2004), sendo elas:

> I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
> II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
> III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
> IV - a comunicação com a sociedade;
> V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
> VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
> VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
> VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
> IX - políticas de atendimento aos estudantes;
> X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A análise feita pela CPA partiu dos relatórios apresentados pelos setores e das pesquisas relacionadas anteriormente, sendo utilizada para a quantificação dos indicadores uma escala de cinco pontos, sendo 1 para “sem evidência” e 5 para “evidência completa”. A base de decisão para as propostas foram os indicadores que apresentaram menor pontuação na percepção da CPA, sendo registrado o processo vivido e as propostas sugeridas nas atas de reunião da CPA. Para um melhor acompanhamento pela CPA das ações desenvolvidas, as propostas foram sistematizadas em um relatório em forma de quadro.

A partir dos procedimentos metodológicos desenvolvidos pela CPA na condução da autoavaliação institucional e analisando-se a evolução histórica desse processo, podem-se destacar como avanço a utilização dos resultados advindos da avaliação como referencial para a tomada de decisões da gestão educacional. Deste modo, as relações entre o planejamento, a avaliação e a gestão institucional foram aproximadas.

Diante do contexto apresentado anteriormente em relação à realização da autoavaliação institucional no Centro Universitário Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul serão apresentadas a seguir as bases da pesquisa que motivaram as propostas e ações sugeridas pela CPA.

Com base na análise dos resultados do processo de avaliação interna, identificou-se inicialmente que a apropriação dos documentos institucionais – Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – pela comunidade tem apresentado evolução, porém, de forma ainda restrita. Tais documentos compõem os indicadores a serem avaliados nas dimensões 1 (A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 2.1 (A política para o Ensino de Graduação).

Quanto à pesquisa sobre o conhecimento do PDI pelos acadêmicos, os dados indicam que de 2008/2 a 2011/2 houve uma redução de 48% para 43% dos acadêmicos que desconhecem o documento, conforme pode ser observado no quadro 01.

Quadro 01 – Conhecimento do PDI pelos Acadêmicos – paralelo entre 2008 e 2011

Ano	**Desconhece**	**Conhece a menor parte do conteúdo**	**Conhece parcialmente**	**Conhece a maior parte do conteúdo**	**Conhece totalmente**
2008/2	48%	14%	26%	9%	3%
2011/2	43%	14%	28%	10%	5%

Fonte: Avaliação Institucional, 2011/2

Quando a pesquisa sobre o conhecimento do PDI é respondida pelos professores, constata-se que um percentual significativo dos docentes, cerca de 90%, conhece a maior parte do conteúdo, conforme pode ser observado no quadro 02.

Quadro 02 – Conhecimento do PDI pelos professores

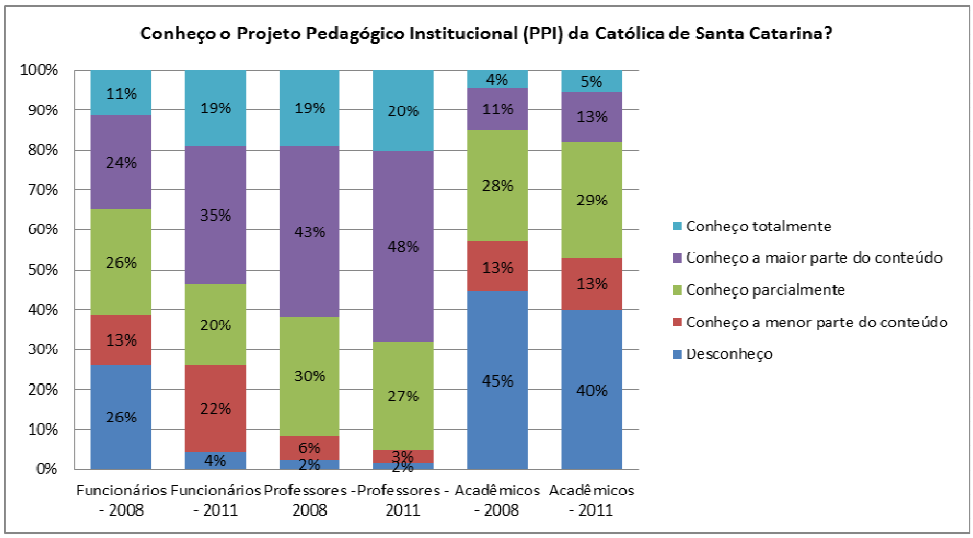
Envolvidos	**Desconhece**	**Conhece a menor parte do conteúdo**	**Conhece parcialmente**	**Conhece a maior parte do conteúdo**	**Conhece totalmente**
Professores	5%	5%	35%	39%	16%

Fonte: Avaliação Institucional, 2011/2

Em relação ao PPI, documento que orienta os processos e procedimentos da educação desenvolvidos na Instituição, constata-se que ainda existe a necessidade de uma maior divulgação de seu conteúdo, por se constituir em um documento orientador da ação educativa. Os dados quantitativos apresentados na figura 02 indicam essa percepção, considerando a ótica de funcionários, professores e acadêmicos.

Tecendo comparativo entre a pesquisa realizada em 2008 (43%) e 2011/2 (47%), em relação ao conhecimento do PPI (soma das respostas conheço totalmente, conheço a maior parte do conteúdo, conheço parcialmente), podemos observar que houve um pequeno aumento do número de acadêmicos que conhecem o PPI.

Figura 02 – Comparativo entre funcionários, professores e acadêmicos sobre o conhecimento do PPI

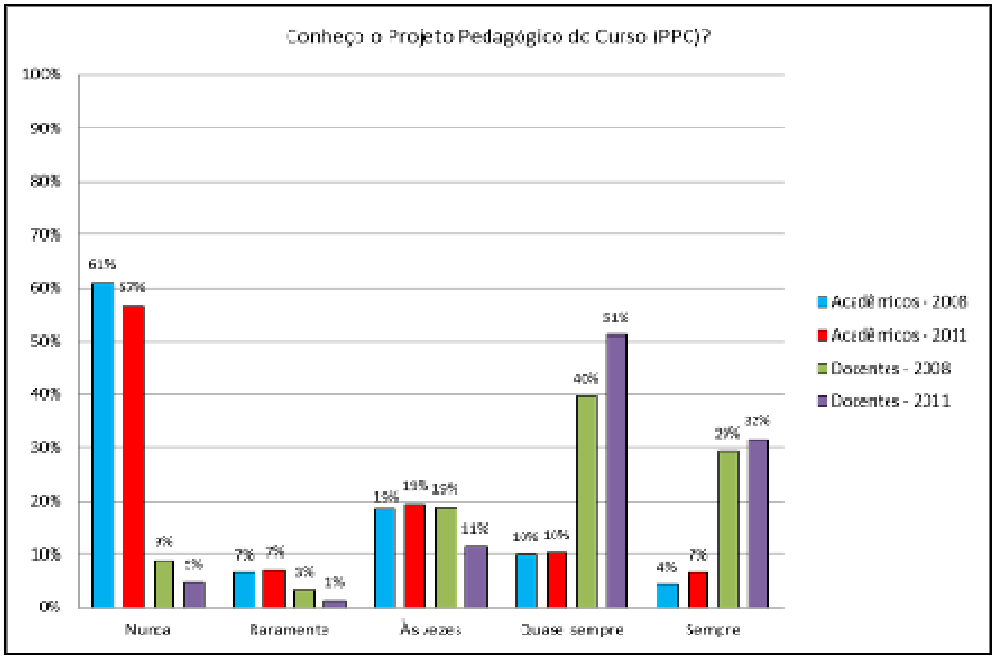


Fonte: Avaliação Institucional 2008/2 e 2011/2

Ao observar os resultados apresentados pelas respostas dos professores, podemos constatar que, atualmente, estes conhecem melhor o PPI do que conheciam em 2008. Essa pode ser uma das evidências dos diferentes espaços que a instituição possibilita aos docentes para conhecerem esse documento (momentos de formação docente, Núcleo Docente Estruturante – NDE, reunião de colegiado, entre outros).

Com relação ao conhecimento do PPC pela comunidade acadêmica, pode-se observar através da figura 03, que existe um longo caminho a ser percorrido para que os acadêmicos tomem conhecimento e se interessem pelo PPC, pois cerca de 57% dos acadêmicos indicaram desconhecer o PPC na pesquisa de 2011/2.

Figura 03 – Conhecimento do PPC na ótica do acadêmico e do professor, em 2008 e 2011



Fonte: Avaliação Institucional, 2011/2

Diante do exposto, a CPA recomendou sistematizar as ações de divulgação dos documentos institucionais (PDI, PPI e PPC) desenvolvidas pela instituição junto à comunidade acadêmica (professores, funcionários e acadêmicos).

Continuando a análise, a dimensão 2 se refere à política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão. Especificamente na dimensão 2.2, que aborda sobre a pesquisa, em virtude da atualização da Política Institucional de Iniciação Científica, a CPA recomendou o acompanhamento da implantação dessa política.

Já na dimensão 2.3 sobre a Extensão, a CPA identificou a necessidade de criação de instrumentos para avaliar os projetos desenvolvidos junto à comunidade, tendo em vista a comprovação dos resultados desses projetos quanto às ações implementadas.

Percebeu-se também, na dimensão 3 (A Responsabilidade Social da Instituição), quando se refere às contribuições da IES em relação ao meio ambiente, a importância da instituição integrar e sistematizar as várias ações que desenvolve em uma Política de Educação Ambiental, foi a ação sugerida pela CPA.

A CPA constatou, com a dimensão 5 (As Políticas de Pessoal), que a IES promove a capacitação de docentes e técnicos administrativos. Contudo, considerou relevante sugerir a elaboração de um formulário para registro de informações referentes às atividades, de docentes e técnicos, que se configurem como capacitação.

De acordo com as diretrizes do SINAES, o atendimento ao egresso caracteriza-se como indicador de qualidade que perpassa por várias dimensões. A IES analisada possui "Política de Acompanhamento aos Egressos". Sobretudo, a CPA sinalizou a necessidade de intensificar a implementação dessa política.

Ainda, na dimensão 9 (A Política de Atendimento aos Estudantes) convém destacar uma ação indicada pela avaliação institucional e desenvolvida pela instituição: a criação de salas de estudo. Tendo em vista a socialização dessa ação, a CPA sugeriu a ampliação da divulgação dos espaços físicos para os acadêmicos desenvolverem estudos individuais e em grupo.

Para melhor visualização das ações sugeridas pela CPA, apresenta-se no quadro 03 sua síntese.

Quadro 03 – Ações sugeridas pela CPA

Dimensão	Ação
01 A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional **09 Políticas de Atendimento aos Estudantes**	Intensificação da implementação da Política de Acompanhamento de Egressos.
2.1 A política para o Ensino de Graduação	Sistematização das ações de divulgação dos documentos institucionais (PDI, PPI e PPC) desenvolvidas pela instituição junto à comunidade acadêmica (professores, funcionários e acadêmicos).
2.2 A Política para a Pesquisa (Iniciação Científica)	Acompanhamento da implantação da Política de Pesquisa.
2.3 A política para a Extensão	Criação de instrumento para avaliação da ação desenvolvida junto à comunidade.
03 A Responsabilidade Social da Instituição	Elaboração da Política de Educação Ambiental.
05 As Políticas de Pessoal	Elaboração de formulário adequado às especificidades institucionais para registro de informações referentes às atividades, de docentes e técnico-administrativos, que se configurem como capacitação.
09 Políticas de Atendimento aos Estudantes	Ampliação da divulgação dos espaços físicos para os

	acadêmicos desenvolverem estudos individuais e em grupo.

Fonte: Relatório da Autoavaliação Institucional, 2010-2011-2012

O movimento acima descrito nos revela que é possível construir uma cultura da avaliação, que promove a articulação entre planejamento, avaliação e gestão institucional.

Considerações Finais

No decorrer desse trabalho a apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados pela CPA para a condução do processo de autoavaliação institucional indicou que os dados coletados e as informações geradas pelas diferentes pesquisas são imprescindíveis para a elaboração do diagnóstico da instituição. Contudo, os dados e as informações precisam ser interpretadas e ressignificadas pela comunidade acadêmica, representada pela CPA, para terem um sentido para a IES.

Para tanto, o sentido da avaliação pode ser expresso quando a gestão institucional utiliza seus resultados para a tomada de decisões tendo em vista a criação da cultura da projeção e antecipação, conforme indicado por Eyng (2004).

Na medida em que o processo avaliativo é significativo para a comunidade acadêmica, há um maior envolvimento dos sujeitos e, desse modo, os resultados aproximam-se mais da realidade pesquisada. No entanto, é importante destacar que promover o envolvimento da comunidade acadêmica nos processos avaliativos é um desafio permanente colocado às IES, pois as pessoas precisam constantemente ser sensibilizadas para participarem desse movimento de forma comprometida.

Conclui-se que a autoavaliação pode se constituir em um processo que promove o autoconhecimento dos sujeitos envolvidos, produzindo um movimento de reflexão sobre as ações e as práticas desenvolvidas nas IES. Nessa perspectiva, acredita-se no potencial da autoavaliação para o replanejamento institucional e da CPA como espaço de construção de conhecimento.

Referências

BRASIL. **Decreto-lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Publicado no DOU nº 72, 15 abr. 2004, Seção 1. p. 3-4.

CABRITO, Belmiro Gil. Avaliar a qualidade em educação: Avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê? **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 178-200, maio/ago. 2009

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998. (Série 1. Escola, 16)

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008a.

_____. Avaliação da Educação Superior: avanços e riscos. **EccoS – Revista Científica**, v. 10, n. especial, p. 67-93, jul. 2008b.

EYNG, Ana Maria. Avaliação e identidade institucional: construindo uma cultura de antecipação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.11, p. 33-42, jan./abr. 2004.

_____. Projeto Pedagógico Institucional: a relação dialógica entre planejamento e avaliação institucionais. In: EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação Superior:** desafios e perspectivas. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. p. 161-208.

HOFFMANNN, Jussara. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

SERMANN, Lucia Izabel Czerwonka. A universidade como organismo vivo: os processos de Autor-Ecorregulação. In: EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes (Orgs.). **Políticas e Gestão da educação superior:** desafios e prspectivas. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007. p. 263-289.